

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS

FISCALIDADE CABO-VERDIANA

EXAME PARA CONTABILISTA CERTIFICADO – 04/07/2013

NOME: _____

B.I. / PASS: _____

PARTE I

IVA-IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO

1 - Assinale a resposta correcta ou a mais correcta no caso de haver mais do que uma resposta correcta.

1.1-Das quatro situações a seguir indicadas, apenas uma é tributada no território nacional. Indique-a:

- A. Deslocação de um técnico de uma sociedade Angolana para proceder à reparação de uma máquina de uma empresa cabo-verdiana sediada na Guiné Bissau;
- B. Estudo de mercado efectuado na Guiné Bissau, solicitado por uma empresa portuguesa sediada em Cabo Verde.
- C. Honorários cobrados por um advogado residente em França, a um cidadão brasileiro que reside em C. Verde pela sua intervenção num processo laboral no tribunal da Comarca de S. Vicente;
- D. Pagamento do valor mensal da locação de uma máquina industrial, por uma empresa cabo-verdiana, à uma empresa Senegalesa;
- E. Alíneas B e D

1.2-Uma empresa cabo-verdiana, enquadrada no Regime Normal do IVA, recebeu em 30/12/2012, por meio de cheque emitido nessa data, um adiantamento de um cliente, também cabo-verdiano, para firmar uma prestação de serviços em peritagens no sector da construção civil, a ser efectuada no mês de Maio de 2013. Contudo a empresa só emitiu o recibo em Janeiro de 2013 e o cheque foi descontado no Banco em Fevereiro de 2013.

- A. Teria de incluir o IVA correspondente na declaração periódica de Janeiro de 2013;
- B. Teria de incluir aquele IVA na declaração periódica de Fevereiro de 2013;
- C. Terá de incluir o referente IVA na declaração periódica de Maio de 2013;

D. Nenhuma das anteriores.

1.3. O facto gerador do imposto ocorre:

- A. Nas prestações de serviços, no momento da emissão da factura;
- B. Nas prestações de serviços, no momento do pagamento do serviço;
- C. Nas transmissões de bens, se ocorrer um pagamento antes da transmissão;
- D. Nenhuma das anteriores

1.4. A exigibilidade do imposto ocorre:

- A. Nas transmissões de bens, no momento do recebimento do valor total ou parcial da correspondente factura se esse ocorrer antes da emissão dessa factura e apos a ocorrência do facto gerador;
- B. Nas transmissões de bens, no momento do pagamento se esse for efectuado antes da ocorrência do facto gerador:
- C. Nas prestações de serviços, pelo valor total do serviço se houver um pagamento parcial do valor do serviço antes da sua realização;
- D. Alíneas A e C.

1.5. Estão isentas de imposto:

- A. Importação de viaturas de turismo;
- B. Os parques de estacionamento colectivo de veículos automóveis
- C. Venda de apartamentos habitacionais;
- D. Canas de pesca.
- E. Alíneas C e D.

1.6. Para o apuramento do valor tributável de bens deve-se excluir:

- A. Os valores correspondentes a embalagens e abatimentos concedidos;
- B. Os descontos e abatimentos concedidos;
- C. Taxas e direitos e outros impostos pagos, excepto o próprio IVA;
- D. Alíneas A e B.

1.7. São também dedutíveis:

- A. Os impostos suportados em despesas relacionadas com a locação financeira de barcos de recreio;
- B. Os impostos suportados em despesas relacionadas com bebidas e tabacos, pagas na confraternização de aniversário dos sócios gerentes.

- C. Os impostos suportados em facturas não passadas na forma legal;
- D. Os impostos suportados em despesas relacionadas com exportações de bens;
- E. nenhuma das anteriores.

1.8. O direito à dedução nasce:

- A. No momento da recepção da factura relativa a uma aquisição de bens.
- B. No período posterior àquele em que se tiver verificado a recepção da factura.
- C. No dia em que se efectuar o pagamento ao fornecedor
- D. Nenhuma das anteriores

1.9. Para o apuramento do valor tributável de bens deve-se incluir:

- A. Os valores correspondentes a embalagens e abatimentos concedidos;
- B. Os descontos e abatimentos concedidos;
- C. Taxas e direitos e outros impostos pagos, excepto o próprio IVA.
- D. Nenhuma das alíneas anteriores.

2 - Admita que a empresa LIMA, Lda, que se dedica à Formação Profissional reconhecida pelo Ministério de Educação, venda de livros e cedência de pessoal, determinou no ano 2011 um pro rata de 36%, e que durante o mês de Dezembro de 2012 efectuou as seguintes operações:

- 1 – Prestou serviço de formação profissional no valor de 9.000 contos.
- 2 – Vendeu livros de natureza educativa no valor de 2.600 contos.
- 3 – Cedeu por trespasse no valor de 5.000 contos um estabelecimento de venda de livros didácticos a empresa ALFA que continuou normalmente com a actividade exclusivamente.
- 4 – Por motivos não identificados não foram encontradas nas existências da empresa, revistas Play Boy no valor de 800 contos.
- 5 - Pagou 4000 contos, a uma empresa Espanhola, pelo serviço de publicidade que esta lhe fez.
- 6 – Pagou 260 contos pela aquisição de uma Moto.

Apure o valor do IVA resultante daquelas operações referentes ao mês de Dezembro considerando também o valor da regularização anual a que deve proceder-se, sabendo que durante o ano em referência se verificaram os seguintes movimentos:

- Exportações de Livros não didácticos: 8.000 contos
- Prestação de serviço de cedência de pessoal: 25.000 contos

- Venda de Livros didáticos: 5.000 contos
- Venda de Livros não didáticos: 2.000 contos
- Serviço de Formação profissional: 60.000 contos
- Aquisições de mercadorias com IVA Dedutível: 30.000 contos
- Aquisições de serviços com IVA Dedutível: 10.000 contos

PARTE II – IUR-IMPOSTO ÚNICO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa Alfa efectuou, durante o ano 2012, as seguintes operações:

- i. Venda de electrodomésticos a uma empresa Holandesa no valor 18.000 contos
- ii. Ordenados e encargos adicionais com o pessoal no valor 3.000 contos
- iii. Reavaliações de terrenos no valor de 1000 contos , que tinham sido adquiridos por 600 contos
- iv. Reversão de provisões para garantias a clientes no valor de 300 contos
- v. Vendeu viatura ST-00-NH a um Italiano pelo valor de 8.000 contos em Dezembro
- vi. Provisão para contratos onerosos no valor de 200 contos
- vii. Imparidade para ajustamento em inventários de electrodomésticos no valor de 320 contos sabendo que a existência final ascende 3.000 contos.
- viii. Compra de electrodomésticos para revenda no valor 12.000 contos
- ix. Factura de electricidade referente a Dezembro de 2011 no valor de 120 contos
- x. Pagou IUP no valor de 310 contos.

1 - Escolha apenas uma das opções dos números seguintes:

1.1 – Segundo o Regulamento do IUR consideram-se obtidos em Cabo Verde os rendimentos:

- a) De obrigações emitidas por empresa com sede em Noruega
- b) De prestação de serviço de arquitectura de uma empresa Sueca relativo a um edifício situado em São Vicente
- c) De transmissão de direitos de autor pago por uma empresa Cabo-verdiana a uma empresa Irlandês
- d) De Juros de depósito a prazo feita num banco peruano por uma empresa Cabo-verdiana
- e) b e d
- f) b e c
- g) c e a
- h) Nenhuma das opções
- i) Todas as opções

1.2 – A empresa Alfa (ver operações i a x no início da Parte II) adquiriu a viatura ST-00-NH pelo valor de 10.000 contos, em Janeiro do ano 2008, sabendo que a taxa aplicada e legal de

amortização é de 10%, e que o coeficiente de desvalorização monetária é de 1,1%. Assim, nesta operação:

- a) A Mais-valia fiscal é de 2500 contos
- b) O Menos-valia fiscal é de 7500 contos
- c) A Mais-valia fiscal é de 3000 contos
- d) O Menos-valia fiscal é de 3000 contos
- e) Não existem nem Mais e nem Menos valia
- f) Nenhuma das opções

1.3 – Os dados da amortização e depreciação da empresa Alfa baseiam-se no quadro seguinte:

Activos Tangíveis e Intangíveis	Valor Amortizado no ano 2012	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Taxa Legal de Amortização	OBS
Edifício	640.000	01-07-2002	16.000.000	4%	
Viatura Pesada	2.000.000	01-01-2011	6.000.000	20%	O equipamento foi utilizado em 2 turnos, e tem autorização das Finanças para amortizar acima da taxa
Mobiliários	108.000	01-01-2005	600.000	12,50%	Recuperação de Amortização do ano anterior com Autorização das Finanças
Aparelho de ar condicionado	900.000	01-01-2012	900.000	10,00%	Desvalorização excepcional com autorização das Finanças
Viatura Transporte mercadorias	1.200.000	01-07-2010	3.000.000	20,00%	
Valores em ECV					

Tendo em conta, os dados acima:

- a) A amortização e depreciação não aceites fiscalmente ascendem ao valor de 360 contos
- b) A amortização e depreciação aceites fiscalmente ascendem ao valor de 200 contos
- c) A amortização e depreciação não aceites fiscalmente ascendem ao valor de 160 contos
- d) A amortização e depreciação aceites fiscalmente ascendem ao valor de 460 contos
- e) a e c
- f) b e d
- g) Nenhuma das opções

1.4 – A empresa Alfa (ver operações i a x no início da Parte II) deveria considerar, conforme o Regulamento do IUR, como gastos fiscais na totalidade as seguintes provisões e imparidades:

- a) iv
- b) vii
- c) iv e vi
- d) vi e vii
- e) Nenhuma das opções
- f) Todas as opções

1.5 – A empresa Alfa (ver operações i a x no início da Parte II) tinha como existência inicial o montante de 2.000 contos, e como gastos de mercadorias vendidas o valor de 12.000 contos. Assim:

- a) 1.200 contos é um custo não aceite fiscalmente
- b) 12.000 contos é aceite fiscalmente na totalidade
- c) 12.000 contos é um custo não aceite fiscalmente
- d) 1.000 contos é um custo aceite fiscalmente
- e) 1.000 contos é um custo não aceite fiscalmente
- f) Nenhuma das opções

1.6 – A empresa Alfa (ver operações i a x no início da Parte II) considerou como gasto contabilístico a factura de electricidade referidas na operação acima ix.

- a) Aceita-se como custo fiscalmente, sabendo que a factura referida acima só deu entrada na empresa no ano 2012.
- b) Aceita-se parcialmente como custo, já que se trata de um acréscimo de gasto
- c) Aceita-se como custo fiscal de acordo com o princípio de especialização de exercícios
- d) Não deve ser aceite como custo fiscal
- e) Nenhuma das opções

1.7 –A empresa alfa (ver operações i a x no início da Parte II) considerou como gasto não aceite a operação ix. Mas deveria considerar das operações i a x, as seguintes:

- a) ii e vii
- b) vi, parte de vii, ix e x
- c) ii, vi e parte de vii
- d) vii e parte de x
- e) Nenhuma das opções

1.8 – A empresa Alfa, considerou como rendimento tributável todos os rendimentos. Mas deveria considerar como não tributável as seguintes:

- a) i e iii
- b) v e iv
- c) iii e iv
- d) i e v
- e) Todas as opções
- f) Nenhuma das opções

1.9 – A empresa Alfa (ver operações i a x no início da Parte II) teve no ano anterior um Matéria Colectável no valor de 1.000 contos, mas segundo o Regulamento do IUR sabe-se que um contribuinte tem direito a deduzir o prejuízo fiscal:

- a) Na totalidade sempre pela actividade exercida no estrangeiro
- b) Num período de 3 anos após ter o prejuízo e na totalidade sempre pela actividade exercida no estrangeiro
- c) No próprio ano em que teve o prejuízo
- d) b e c
- e) Todas as opções
- f) Nenhuma das opções

2 – Determine a Liquidação Provisória, a Autoliquidação e a Liquidação Correctiva referente ao ano 2012 da empresa Alfa (ver operações i a x no início da Parte II).

PARTE III – IUP-IMPOSTO ÚNICO SOBRE O PATRIMÓNIO

Queira demarcar claramente a resposta certa:

1. São Prédios Rústicos:

- a) Terrenos localizados dentro das cidades
- b) Terrenos para construção
- c) Terrenos localizados fora das cidades afectos a actividades industriais
- d) Nenhuma das repostas anteriores

2. São Sujeitos passivos do IUP:

- a) Nas transmissões de bens o Transmissor
- b) No caso do usufruto o Usufrutuante
- c) Nas Mais Valias o adquirente
- d) Nenhuma das repostas anteriores

3. Nas transmissões gratuitas, onerosas ou nas mais valias a liquidação compete:

- a) Ao Contribuinte
- b) À Administração fiscal municipal
- c) À Direcção Geral das Contribuições e Impostos
- d) Nenhuma das repostas anteriores

4. A empresa Beta vendeu um edifício à empresa X por um preço superior ao que tinha adquirido.

- a) É sujeito passivo do IUP a empresa Beta
- b) São sujeitos passivos do IUP a empresa Beta e a empresa X
- c) É sujeito passivo do IUP a empresa X
- d) Nenhuma das repostas anteriores

5. A taxa de IUP é de:

- a) 25%
- b) 20%
- c) 0,75%
- d) 3%
- e) Nenhuma das repostas anteriores

PARTE IV – IS-IMPOSTO DE SELo

Queira demarcar claramente a resposta mais correcta:

1 - Quanto à sujeição em Imposto selo podemos afirmar que:

- a) Todas as operações tributadas em IVA não são sujeitas ao imposto selo.
- b) Todas as operações sujeitas ao imposto selo não são sujeitas ao IVA
- c) Todas as operações isentas do IVA são tributadas em imposto de selo
- d) Todas as opções
- e) Nenhuma opção

2 - Nas operações financeiras são sujeitos passivos do imposto de selo:

- a) Notários, segurador, instituições de créditos e emitentes de letras
- b) Notários, seguradora, devedor e emitentes de letras
- c) Notários, seguradora, instituições de créditos e emitentes de letras
- d) Todas as opções
- e) Nenhuma opção

3 - Nas operações societárias são sujeitos ao imposto de selo as seguintes operações:

- a) Constituição da sociedade, transformação de sociedade por quotas em anónimas
- b) Redução de capital social, constituição da sociedade
- c) Aumento de capital social, diminuição do activo de um empresa
- d) Todas as opções
- e) Nenhuma opção

4 - Nas Transmissões patrimoniais a repercussão do imposto de selo deve ser feito sobre o:

- a) Adquirente dos bens ou direitos
- b) Sublocatário
- c) Locatário
- d) Todas as opções
- e) Nenhuma opção

5 - Nos actos jurídicos documentados são sujeitos passivos do imposto de selo:

- a) Notários, conservadores, entidades públicas, tribunais e 2º signatários
- b) Notários, conservadores, entidades públicas, tribunais e 1º signatários
- c) Notários, quem paga emolumentos, entidades públicas, tribunais e 1º signatários
- d) Todas as opções
- e) Nenhuma opção